



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

**CONTAS CONSOLIDADAS**  
**3º TRIMESTRE DE 2014**

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Coletiva 500 166 587



## ÍNDICE

---

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DO GRUPO	4
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	4
PERSPECTIVAS PARA O CORRENTE EXERCÍCIO	8
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9

## CONTAS CONSOLIDADAS 3º TRIMESTRE DE 2014

A informação financeira consolidada da Lisgráfica do terceiro trimestre (não auditada), preparada de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), apresenta-se como segue:

### INTRODUÇÃO

A Lisgráfica é uma sociedade aberta, com um capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05€, que estão admitidas à negociação em Bolsa.

De salientar que das 2 empresas que compõem atualmente o Grupo apenas a Lisgráfica tem atividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e responsável por 100% da atividade do Grupo.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 30 de setembro de 2014:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-dez-1973	Queluz de Baixo	-
Grafilis, Rep. e Artes Gráficas,SA	Composição e Montagem	18-out-1984	Queluz de Baixo	100,00%

O sector da indústria gráfica não reflete ainda a tendência de recuperação económica e neste trimestre continuou a verificar-se uma ligeira redução a nível de tiragem das publicações periódicas; em sentido inverso constatamos que os trabalhos provenientes de clientes de grandes marcas comerciais registam um ligeiro aumento.

Em resultado das quebras de receitas publicitárias - entre os 5 e os 8% - auferidas pelos principais editores, continua a registar-se um ajuste na estrutura dos seus custos editoriais com especial reflexo na redução do número de páginas e tiragens das suas publicações.

## ATIVIDADE DO GRUPO

A atividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em anos anteriores.

No conjunto dos primeiros nove meses de 2014 verificou-se uma ligeira redução do nível de atividade, de 0,08%.

No entanto, no terceiro trimestre, a atividade ficou acima dos níveis registados no trimestre homólogo de 2013 em 5,6%.

A faturação líquida no período atingiu os 15,2 milhões de euros, que compara com 15,3 milhões, no período homólogo anterior. Mantém-se a tendência de alteração do mix do produto, isto é, cada vez mais a empresa produz trabalhos em que o cliente fornece o papel, que neste período representam 82% do valor faturado relativo a serviços de impressão.

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o período anterior, é a seguinte:

<b>DESCRIÇÃO</b> <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	<b>2014</b> <b>30-set</b>	<b>2013</b> <b>30-set</b>	<b>Var. 13/14</b> <b>Em €</b>	<b>Var. 13/14</b> <b>Em %</b>
Revistas	9.358	9.463	-105	-1,1%
Jornais/suplementos	2.864	2.775	89	3,2%
Catálogos e Folhetos	2.214	2.170	44	2,0%
Listas	316	443	-127	-28,7%
Outros	481	509	-28	-5,5%
<b>TOTAL</b>	<b>15.233</b>	<b>15.360</b>	<b>-127</b>	<b>-0,8%</b>

Em termos de produção de cadernos no formato A4 de 16 páginas (unidade de medida normalmente usada na indústria gráfica) a atividade apresenta um aumento global de cerca de 10%, face a idêntico período do ano anterior.

Como nos últimos exercícios, regista-se um decréscimo considerável na família de produtos "Listas" (-28,7%); esta rubrica inclui essencialmente a impressão das listas telefónicas das Páginas Amarelas para o Continente e Ilhas.

Durante os primeiros nove meses de 2014 não se verificou nenhum acontecimento na empresa subsidiária, Grafilis, SA.

### GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS S.A.

A Empresa, constituída em 1984, cessou a atividade operacional em 2005.

Devido à sua inatividade a empresa registou no período um resultado quase nulo, pelo que os Capitais Próprios não apresentam variação significativa face a 31 de dezembro de 2013.

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Atividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período:

**ACTIVIDADE OPERACIONAL 3ºTRIMESTRE. 2014/2013**

DESCRIÇÃO	2014		2013		Var. 13/14	Var. 13/14
	30-set		30-set		em €	em %
(Valores em Milhares de Euros)						
Vendas	15.233	96%	15.360	95%	-127	-0,8%
Outros Proveitos Operacionais	601	4%	762	5%	-161	-21,1%
<b>TOTAL PROVEITOS CORRENTES</b>	<b>15.834</b>		<b>16.122</b>		<b>-288</b>	<b>-1,8%</b>
Custo Merc. Vendidas e Consum.	4.612	29%	4.690	29%	-78	-1,7%
Fornecimentos e S. Externos	4.626	29%	4.423	27%	203	4,6%
Custos Com Pessoal	4.690	30%	6.074	38%	-1.384	-22,8%
Amortizações e Ajustamentos	2.196	14%	2.821	17%	-625	-22,2%
Perdas de Imparidade	-7	0%	-5	0%	-2	40,0%
Outros Custos Operacionais	228	1%	168	1%	60	35,7%
<b>TOTAL CUSTOS CORRENTES</b>	<b>16.345</b>		<b>18.171</b>		<b>-1.826</b>	<b>-10,0%</b>
<b>RESULTADO CORRENTE - €</b>	<b>-511</b>		<b>-2.049</b>		<b>1.538</b>	<b>75,1%</b>
<b>RESULTADO CORRENTE - %</b>	<b>-3,2%</b>		<b>-12,7%</b>		<b>9,5%</b>	<b>74,6%</b>
<b>Imparidades Out. Créditos + Out. Custos e Proveitos não Correntes</b>	<b>-764</b>		<b>16.366</b>		<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL - €</b>	<b>-1.275</b>		<b>14.317</b>		<b>-15.592</b>	<b>108,9%</b>
<b>EBITDA - €</b>	<b>1.678</b>		<b>767</b>		<b>911</b>	<b>118,8%</b>
<b>EBITDA - %</b>	<b>10,6%</b>		<b>4,8%</b>		<b>5,8%</b>	
EBITDA = Result. Corrente+Amortizações e Ajustamentos+Perdas de Imparidade						

Os Proveitos Correntes no período cifram-se em 15,8 milhões de Euros, dos quais 96% provêm diretamente das vendas e 4% de outros serviços prestados. Comparativamente com o período homólogo regista-se um decréscimo de 1,8%.

Por seu lado, os Custos Correntes apresentam um decréscimo de 9,9%, com especial destaque para a redução dos custos com pessoal e depreciações. A variação registada nos custos com pessoal resulta do significativo decréscimo no montante de indemnizações que, em 2013, ascendiam a 1,3 milhões de euros e, em 2014, atingiram apenas 100 milhares de euros, o que se explica pelo facto de estar praticamente concluído o plano de reestruturação iniciado no ano anterior.

O efeito conjugado dos impactos acima referidos conduz a uma melhoria significativa do Resultado Corrente e do EBITDA, os quais crescem, respetivamente, 75 e 119%. De salientar que o EBITDA apurado no terceiro trimestre foi de 582 milhares de euros e no conjunto dos nove meses atinge quase os 1,7 milhões de euros.

A empresa volta assim a registar dois dígitos a nível do principal indicador (EBITDA) que mede a performance da atividade e o efeito das medidas aplicadas nos últimos anos.

**COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 3ºTRIMESTRE 2014/2013**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>Var. 13/14</b>	<b>Var. 13/14</b>
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>	<b>30-set</b>	<b>30-set</b>	<b>Em €</b>	<b>Em %</b>
Resultados Correntes	-511	-2.049	1.538	75%
Resultados Operacionais	-1.275	14.317	-15.592	-109%
Resultados Financeiros	-953	33.118	-34.071	-103%
Resultados antes Impostos	-2.228	47.435	-49.663	-105%
Imposto S/ Rendimento	349	-16	365	-2281%
Resultados Líquidos	-1.879	47.419	-49.298	-104%

Comparativamente com o trimestre homólogo regista-se uma variação significativa a nível dos Resultados Operacionais e Financeiros dado que em 2013 foram registados no 1º semestre os impactos do PER nas contas da empresa. Assim a análise com o período homólogo tem que ter em conta este facto.

Em face do exposto a análise deve ser efetuada tendo em conta os Resultados Correntes, os quais estão expurgados de qualquer impacto do PER ou outros considerados extraordinários. Conclui-se assim uma melhoria significativa, mais 75%, dos resultados decorrentes da atividade da empresa no período, sendo os resultados do terceiro trimestre fundamentais para o valor atingido no período.

Os resultados financeiros, excluindo o registo do impacto do PER, apresentam uma melhoria devido à redução dos custos financeiros, consequência do perdão de dívida à Banca contabilizado no ano de 2013. De referir que nos custos financeiros em 2014 estão incluídos 740 milhares de euros relativos ao valor de atualização do justo valor dos passivos bancários. Se expurgarmos este valor os custos financeiros de financiamento nos primeiros nove meses ascendem a 213 milhares de euros.

Pelo exposto, os Resultados Líquidos Consolidados no final do terceiro trimestre de 2014 situam-se nos 1.879 milhares de euros negativos. No terceiro trimestre de 2014 estes são de 778 mil euros negativos, quando no mesmo período do ano anterior foram de 1.849 milhares de euros negativos.

No entanto, se compararmos os Resultados Líquidos em ambos os períodos, retirando os efeitos dos valores contabilizados decorrentes do PER (atualização justo valor dos passivos e impostos diferidos), o Resultado Líquido em 2014 é de - 746 milhares de euros, como a seguir se demonstra:

Resultado Líquido	- 1.879	milhares de euros
Atualização Justo Valor	+1.504	"
Impostos Diferidos	- 371	"
<b>Resultado Líquido ajustado</b>	<b>- 746</b>	<b>"</b>

**POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 3ºSEMEST. 2014/2013**

DESCRIÇÃO	2014 3º Trim	31/Dez/013	Var. 13/14 em €	Var. 13/14 em %
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>				
Activos não Correntes	18.589	20.939	-2.350	-11%
Activos Correntes	8.011	7.772	239	3%
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>26.600</b>	<b>28.711</b>	<b>-2.111</b>	<b>-7%</b>

Capital Próprio	-9.814	-7.882	-1.932	-25%
Passivo não Corrente	20.905	21.003	-98	0%
Passivo Corrente	15.509	15.590	-81	-1%
<b>TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA</b>	<b>26.600</b>	<b>28.711</b>	<b>-2.111</b>	<b>-7%</b>

As principais variações ocorridas são:

- Activo: a redução deve-se ao impacto das depreciações registadas no período aliada ao facto de não terem ocorrido adições aos activos tangíveis e/ou intangíveis;
- Capital Próprio: nesta rubrica a principal variação deve-se ao impacto dos Resultados Líquidos apurados no exercício. O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final do terceiro trimestre em 9.814 milhares de euros negativos;
- Passivo: regista uma variação quase inexpressiva, não sendo de realçar qualquer variação relevante em termos de rúbricas.

De referir que, durante o período, o grupo cumpriu na íntegra a liquidação das prestações correntes perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e demais obrigações financeiras decorrentes do Plano Especial de Revitalização (PER).

A empresa está a dar cumprimento e a concluir a implementação das medidas definidas no referido Plano.

No sentido de auxiliar a análise do impacto na consolidação das contas individuais da empresa participada e integrada no perímetro de consolidação, apresentamos em seguida um resumo dos principais indicadores:

**GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS S.A.**

DESCRIÇÃO	3º Trim. 2014	31-dez-013	Var. 13/14
Activo Total Liq.	7	4	3
Passivo Total	1.395	1.398	-3
Capital Próprio	-1.402	-1.394	-8
Capital Social	350	350	0
Resultado Líquido	0	60	-60
Vendas Líquidas	0	0	0
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>			

## **PERSPETIVAS PARA O CORRENTE EXERCÍCIO**

A Lisgráfica S.A. mantém a estimativa de que em 2014 a faturação vá apresentar uma redução entre 1% a 3% face ao verificado no exercício anterior. Manter-se-ão as medidas de redução de custos por forma a adequar a estrutura interna de produção e serviços de suporte, face ao nível de produção estimado para 2014.

Com a aprovação do Plano Especial de Revitalização (PER) e emissão da Certidão de trânsito em julgado da sentença de homologação, a aplicação das medidas definidas vai permitir melhorar o desempenho dos indicadores financeiros e também do EBITDA para os próximos anos. Antevemos assim, atingir, brevemente, resultados operacionais e demais indicadores económicos positivos.

Queluz de Baixo, 25 de Novembro de 2014

## **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro



## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**(Montantes expressos em euros)****1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") com sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como atividade principal a impressão de revistas, jornais, folhetos e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo englobam a impressão de revistas, jornais, folhetos e listas telefónicas.

De recordar que a atividade do Grupo Lisgráfica, S.A. após 2 de maio de 2008, é resultado da fusão com a Heska Portuguesa, S.A., passando a Lisgráfica a constituir a entidade integrante, pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter em consideração este facto.

O Processo Especial de Revitalização ("PER") requerido, pela Empresa-mãe em finais de 2012, foi homologado pelo 1.º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa em 09 de maio de 2013 com base num plano de recuperação aprovado por 89,84% dos votos regularmente expressos. O referido plano transitou em julgado em 03 de dezembro de 2013 conforme certidão emitida pelo tribunal em 17 de fevereiro de 2014.

A Empresa-mãe reconheceu o efeito da aplicação das medidas aprovadas com referência à data de homologação do Plano. Em termos resumidos, o impacto nos resultados, considerando os valores de créditos constantes na Lista de Créditos Provisória e com efeitos de implementação a 01 de junho de 2013, foi de 52.940.878 euros, repartidos por:

. Perdão de dívida	33.299.303 euros
. Efeitos do desconto da atualização de cash-flows	19.641.574 euros

No período findo em 30 de setembro de 2014 o efeito resultante da atualização do desconto da dívida foi de 1.504.019 euros.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 25 de novembro de 2014.

Os principais acionistas são a Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, S.A. e Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detentores, respetivamente, de 50,99% e 39,40% do capital social.

Os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de setembro de 2014 são comparáveis com as do exercício anterior.

**2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas em todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

## 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia a 31 de dezembro de 2012, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respetivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adotou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que, nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respetivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2013.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela mensuração dos ativos financeiros disponíveis para venda, quando o justo valor possa ser determinado com fiabilidade.

## 2.2 Princípios de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os ativos e passivos das subsidiárias são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*.

As transações e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

## 2.3 Ativos intangíveis

### a) Goodwill

O *goodwill* é reconhecido quando é apurado um excesso entre o valor agregado: (i) do custo de aquisição, da quantia de qualquer interesse não controlado na adquirida e o justo valor de qualquer interesse detido anteriormente na adquirida; e (ii) o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.”

No caso de ser apurado uma insuficiência entre o valor agregado em (i) *supra* e o (ii) *supra*, a diferença é reconhecida como ganho do exercício.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

### (b) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando sejam identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os ativos intangíveis correspondem a programas de computador (“*Software*”) e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado ativo para estes ativos intangíveis, identificados no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 4 e 8 anos.

## 2.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da exceção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao ativo respetivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 20

## 2.5 Imparidade de ativos

O Grupo efetua avaliação de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de estes não gerarem cash-flows independentes para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido estimado e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de depreciação / amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração do rendimento integral consolidada.

O Goodwill e os Ativos Intangíveis sem vida útil definida são testados para imparidade anualmente.

## 2.6 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como

(ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

## 2.7 Existências

As existências são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas diretas suportadas com a compra.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é corresponde ao respetivo valor de mercado.

## 2.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, que é a data em que a Empresa se compromete a adquirir ou alienar o ativo. No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes ativos são desconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

### 2.8.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao justo valor e subseqüentemente ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efetiva da data da transação, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

### 2.8.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a

menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica "Empréstimos obtidos".

#### 2.8.3 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

#### 2.8.4 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transação) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos, usando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

#### 2.8.5 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no ativo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respetivamente, são evidenciados no passivo (Nota 20). À medida que se efetuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

#### 2.8.6 Ativos disponíveis para venda

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu justo valor, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transação. Subsequentemente, são mensurados ao justo valor, com as variações de justo valor reconhecidas em capital próprio, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se referente a instrumentos de capital cujo justo valor não for determinável com fiabilidade.

### 2.9 Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

#### 2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

#### 2.11 Rédito

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização.

Os proveitos decorrentes prestações de serviço de impressão são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço, e são apresentados na demonstração consolidada do rendimento integral sob a designação de Vendas.

#### 2.12 Especialização dos exercícios

As Empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.



### 2.13 Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expeável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os ativos que sejam detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

### 2.14 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- (a) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelos quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;
- (c) Sobre o qual esteja disponível informação financeira discreta.

O Grupo Lisgráfica apresenta como segmento operacional o da impressão de revistas, jornais e listas telefónicas, sendo o reporte interno de informação à gestão efetuado nesse pressuposto.

### 2.15 Capital

O capital apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

### 2.16 Ações próprias

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ao justo valor estimado se a compra for diferida. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital próprio para a cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Quando são adquiridas ações da própria Empresa mãe, o cálculo do valor ilíquido por ação, básico e diluído, é efetuado dividindo o resultado obtido pelo nº. total de ações deduzido do nº. de ações próprias.

### 2.17 Capitalização de juros

O Grupo Lisgráfica não efetua a capitalização de juros.

### 2.18 Subsídios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado Português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições de que as condições para o subsídio são cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma redução ao custo de aquisição dos respectivos ativos consoante a sua natureza, no mesmo período em que os gastos associados são incorridos, sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de gastos / reversões de depreciação e amortização.

#### 2.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano, que proporcionam informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

#### 2.20 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

##### **Ativos tangíveis e intangíveis (incluindo direitos contratuais de clientes)**

A determinação do justo valor dos ativos, assim como as vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas do Conselho de Administração. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte do Conselho de Administração no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

##### **Impostos diferidos**

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

### Imparidade de clientes e outras contas a receber

A Empresa mantém uma provisão para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efetuarem os pagamentos requeridos. Ao avaliar a razoabilidade das provisões para as referidas perdas por imparidade, o Conselho de Administração baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de recebimentos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, as provisões para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

### Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido, ou suscitar o registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

### 3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o período findo em 30 de setembro de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

### 4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efetivamente detido em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem efetiva em	
		30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Lisgráfica	Queluz de Baixo	Mãe	Mãe
Grafilis - Representação e Artes Gráficas, S.A. (Grafilis")	Queluz de Baixo	100	100

### 5. PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR TIPO DE PRODUTO

Nos semestres findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, as prestações de serviço por tipo de produto detalham-se como segue:

	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013	3º. Trimestre de 2014	3º. Trimestre de 2013
Revistas	9.358.527	9.463.149	2.842.474	2.748.999
Jornais e suplementos	2.863.530	2.774.250	969.089	961.693
Catálogos e folhetos	2.213.563	2.170.227	920.239	699.102
Listas	316.437	443.121	133.437	156.121
Outros	481.200	508.906	192.979	223.821
	<u>15.233.257</u>	<u>15.359.653</u>	<u>5.058.218</u>	<u>4.789.736</u>

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, as prestações de serviço realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

## 6. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013	3º. Trimestre de 2014	3º. Trimestre de 2013
Aluguer de instalações (a)	468.257	473.894	156.086	156.085
Imputações de custos (b)	84.299	272.101	25.177	94.262
Perdão de dívida	-	6.997.440	-	-
Atualização do justo valor	-	10.734.989	-	-
Outros proveitos operacionais	48.466	16.435	25.729	5.374
	<u>601.022</u>	<u>18.494.859</u>	<u>206.992</u>	<u>255.721</u>

(a) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das instalações da Empresa que estão a ser utilizadas por outras entidades.

(b) Esta rubrica reflete os custos imputados e debitados a empresas que desenvolvem a sua atividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

## 7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013	3º. Trimestre de 2014	3º. Trimestre de 2013
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	4.595.288	4.663.160	1.393.686	1.554.458
Mercadorias vendidas	16.509	26.940	-	-
	<u>4.611.797</u>	<u>4.690.100</u>	<u>1.393.686</u>	<u>1.554.458</u>

## 8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, esta rubrica teve a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013	3º. Trimestre de 2014	3º. Trimestre de 2013
Subcontratos	359.568	289.325	134.511	97.690
Electricidade	1.158.297	1.260.804	402.990	404.093
Combustíveis e outros fluídos	408.211	394.679	125.833	127.795
Rendas e alugueres (a)	1.300.316	1.265.771	453.926	421.970
Transportes de mercadorias	191.794	193.298	60.611	65.040
Conservação e reparação	352.872	341.488	93.115	120.973
Trabalhos especializados	333.078	206.553	123.056	75.405
Outros	522.668	471.500	157.684	161.833
	<u>4.626.804</u>	<u>4.423.418</u>	<u>1.551.726</u>	<u>1.474.799</u>

(a) Em 30 de setembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui o montante de 366.381 euros e 362.790 euros, decorrente de transações com entidades relacionadas (Nota 27).

#### Locações operacionais

Em 30 de setembro de 2014 e de 2013, a locação operacional existente respeita à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. ("ESAF"), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada.

As responsabilidades futuras foram significativamente reduzidas pelos aditamentos aos contratos celebrados em 30 de dezembro de 2008 e 30 de novembro de 2010, bem como pelo acordo de 29 de abril de 2013, na qual se reduziu a área atualmente ocupada em cerca de 3.500 m<sup>2</sup> e se fixaram os valores das rendas mensais até julho de 2016.

Nos exercícios findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, os custos incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" relativos àquele contrato de locação operacional, são conforme segue:

	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013
Fornecimentos e serviços externos	<u>930.000</u>	<u>900.000</u>

#### 9. CUSTOS COM O PESSOAL

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, os custos com o pessoal foram como segue:

	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013	3º. Trimestre de 2014	3º. Trimestre de 2013
Salários e remunerações	3.395.000	3.530.994	1.134.134	994.310
Encargos sobre remunerações	785.487	817.084	262.568	228.855
Outros custos com o pessoal	509.814	1.725.904	225.027	626.155
	<u>4.690.301</u>	<u>6.073.982</u>	<u>1.621.729</u>	<u>1.849.320</u>

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, o número de pessoas ao serviço do Grupo foi de 229 e 262 empregados, respetivamente.

## 10. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, têm a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013	3º. Trimestre 2014	3º. Trimestre de 2013
<u>Custos financeiros:</u>				
Juros suportados	534.624	1.409.004	216.898	431.093
Atualização do valor de desconto	739.969	289.593	248.930	217.195
Outros custos financeiros	101.622	131.371	30.800	40.631
	<u>1.376.215</u>	<u>1.829.968</u>	<u>496.628</u>	<u>688.919</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>				
Juros obtidos	652	191	224	103
Perdão de dívida	-	26.632.054	-	-
Atualização do valor de desconto	-	8.299.547	-	-
Outros proveitos financeiros	422.843	17.286	611	359
	<u>423.495</u>	<u>34.949.078</u>	<u>835</u>	<u>462</u>
Custos financeiros, líquidos	<u>952.720</u>	<u>(33.119.110)</u>	<u>495.793</u>	<u>688.457</u>

## 11. IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, foi como segue:

### 30 de setembro de 2014:

	Ativos por		Passivos por impostos diferidos		Total
	impostos diferidos				
	Prejuízos fiscais reportáveis	Direitos contratuais	Subsídios do Governo	Desconto Dívidas PER	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	347.660	347.660	8.233	4.521.460	4.877.353
Redução	103.074	103.074	2.265	368.484	473.823
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>244.586</u>	<u>244.586</u>	<u>5.968</u>	<u>4.152.976</u>	<u>4.403.530</u>

Em 30 de setembro de 2014, os passivos por impostos diferidos, no montante de 244.586 euros, correspondem ao justo valor dos direitos contratuais de clientes, tendo o Grupo optado por registrar ativos por impostos diferidos, decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis, até à concorrência dos passivos por impostos diferidos. Excetuam-se os passivos correspondentes aos subsídios do Governo e do desconto das dívidas em PER.

## 12. ATIVOS INTANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos intangíveis resultam do efeito das amortizações do período findo em 30 de setembro de 2014.

## 13. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos tangíveis resultam do efeito das depreciações do período findo em 30 de setembro de 2014.

## 14. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014			31 de dezembro de 2013
	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor líquido	Valor líquido
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA("Rasográfica") ("Rasográfica") (Nota 27)	1.994.735	-	1.994.735	2.109.591
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA ("Gestprint") (Nota 27)	3.413.227	(3.413.227)	-	-
Gespatrimónio - Rendimento Sociedade Gestora, SA ("Gespatrimónio") (a)	1.580.223	-	1.580.223	1.580.223
Depósitos a prazo (b)	85.317	-	85.317	85.317
	<u>7.073.502</u>	<u>(3.413.227)</u>	<u>3.660.275</u>	<u>3.775.131</u>

(a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projeto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado a médio e longo prazo.

(b) Em 30 de setembro de 2014, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 20).

## 15. EXISTÊNCIAS

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 22)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e consumo (Nota 7)	239.006	(4.369)	234.637	213.779	(4.369)	209.410
	<u>239.006</u>	<u>(4.369)</u>	<u>234.637</u>	<u>213.779</u>	<u>(4.369)</u>	<u>209.410</u>

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo não possui inventários dados como garantia para cumprimento de passivos.

## 16. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014			31 de dezembro de 2013			
	Valor nominal	Desconto da dívida	Perdas de imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor líquido
Não correntes:							
Clientes (a)	<u>5.491.866</u>	<u>(353.057)</u>	<u>(2.996.388)</u>	<u>2.142.421</u>	<u>5.138.809</u>	<u>(2.996.388)</u>	<u>2.142.421</u>
Correntes:							
Clientes	<u>13.794.500</u>	<u>-</u>	<u>(9.090.596)</u>	<u>4.703.904</u>	<u>13.975.966</u>	<u>(9.097.476)</u>	<u>4.878.490</u>
Total	<u>19.286.366</u>	<u>(353.057)</u>	<u>(12.086.984)</u>	<u>6.846.325</u>	<u>5.138.809</u>	<u>(12.093.864)</u>	<u>7.020.911</u>

(a) Em abril de 2011, foi intentada uma ação declarativa de condenação contra empresas do Grupo Impala, decorrente do incumprimento destas no pagamento da dívida. Em inícios de abril de 2014 a decisão da 1ª. Instância foi favorável à Lisgráfica, tendo a Impala sido condenada a pagar um montante de cerca de 4 milhões de euros acrescidos dos respetivos juros de mora.

## 17. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Devedores diversos	560.805	540.809
Rasográfica	849.036	953.325
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Rappel de fornecedores	-	61.061
Seguros	34.547	10.916
Imposto sobre o valor acrescentado	832.809	378.799
Outros diferimentos	14.250	52.394
Adiantamentos a fornecedores	36.235	39.969
Adiantamentos ao pessoal	31.500	19.932
	<u>2.359.182</u>	<u>2.057.205</u>

## 18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu



valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Numerário	19.675	3.700
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>423.027</u>	<u>376.624</u>
Caixa e seus equivalentes	442.702	380.324
Descobertos bancários (Nota 20)	<u>(76.513)</u>	<u>(10.089)</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>366.189</u>	<u>370.235</u>

## 19. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2013	Aquisição ações próprias	Aplicação resultado 2013	Resultado líquido do exercício	Saldo em 30 de setembro de 2014
Capital	9.334.831	-	-	-	9.334.831
Ações próprias	(474.121)	-	-	-	(474.121)
Reserva legal	1.357.744	(53.410)	509.222	-	1.813.556
Outras reservas	7.923.900	-	-	-	7.923.900
Resultados transitados	(71.790.471)	-	40.069.292	-	(31.721.179)
Excedentes de valorização de ativos	34.955	-	-	-	34.955
Outras variações no capital próprio	5.152.807	-	-	-	5.152.807
Resultado consolidado líquido do período	<u>40.578.514</u>	<u>-</u>	<u>(40.578.514)</u>	<u>(1.878.723)</u>	<u>(1.878.723)</u>
	<u>(7.881.841)</u>	<u>(53.410)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.813.974)</u>

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social da Empresa era representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05 Euros, encontrava-se totalmente realizado e era detido pelos seguintes acionistas:

	Nº. de ações	Porcentagem
Rasográfica	95.196.620	50,99%
Gestprint	73.558.462	39,40%
Outros, inferior a 10% do capital	<u>17.941.538</u>	<u>9,61%</u>
	<u>186.696.620</u>	<u>100,00%</u>

O movimento ocorrido nas ações próprias no período compreendido ente 31 de dezembro de 2013 e 30 de setembro de 2014, foi o seguinte:

	Nº. de ações	%	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	52.213	0,03%	474.121
Aquisições	1.335.246	0,71%	53.410
Saldo em 30 de setembro de 2014	1.387.459	0,74%	527.531

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

## 20. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	6.664.399	928.658	6.392.516	-
Outros empréstimos (iapmei) (a)	326.494	28.067	390.547	39.020
Descobertos bancários ( b)	474	73.504	1.161	3.343
Factoring (c)	-	2.990.043	-	2.890.808
Letras descontadas ( d)	734.735	173.034	849.591	173.784
Cheques pré-datados (e)	-	191.111	-	271.977
	<u>7.726.102</u>	<u>4.384.417</u>	<u>7.633.815</u>	<u>3.378.932</u>

O Conselho de Administração considera que o valor de balanço dos empréstimos reflete o seu justo valor.

A rubrica de Empréstimos Obtidos registou no período findo em 30 de setembro de 2014 o montante de 602.206 euros resultantes da atualização do desconto da dívida (Nota 10).

Em 30 setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as dívidas integradas em planos de pagamento tinham os seguintes prazos de vencimento:

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ate um ano	<u>307.610</u>	<u>-</u>
A mais de 1 e menos de 2 anos	538.318	538.318
A mais de 2 e menos de 5 anos	3.153.006	2.768.493
A mais de 5 anos	<u>9.336.072</u>	<u>9.696.879</u>
	<u>13.027.396</u>	<u>13.003.690</u>
Total	<u>13.027.396</u>	<u>13.003.690</u>

(a) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respetivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida o montante de 2.011.678 Euros, o qual foi objeto de uma garantia bancária, que atualmente é de 341.267 Euros (Nota 23). A Empresa mantém, também, um depósito a prazo, no montante de 85.317 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 14), uma vez que terá de ser 25% desta.

- (b) Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os descobertos bancários são facilidades concedidas pelos bancos, destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado
- (c) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 191.111 euros, inclui cheques de clientes para liquidação de faturas, os quais foram objeto de desconto junto do BCP. Em 30 de setembro de 2014 a Empresa tinha contratado junto do BCP uma linha de desconto de cheques, com um plafond de 600.000 euros que vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%.

## 21. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Credores por locações financeiras	2.051.995	-	430.058	-

A rubrica de Credores por locações financeiras registou no período findo em 30 de setembro de 2014 o montante de 137.763 euros resultantes da atualização do desconto da dívida (Nota 10).

Em 30 de setembro de 2014 a Empresa tem contas a pagar às locadoras no montante de 4.211.853 euros, deduzidos de adiantamentos pagos por conta no montante de 890.680 Euros, o que perfaz um valor líquido de 3.321.173 euros.

Em 30 de setembro de 2014 e dezembro de 2013 os planos de reembolso são os seguintes:

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Até 1 ano	-	-
Entre 1 e 2 anos	85.355	80.158
Entre 2 e 5 anos	278.964	412.245
Mais de 5 anos	2.956.854	1.344.610
	<u>3.321.173</u>	<u>1.837.013</u>
	<u>3.321.173</u>	<u>1.837.013</u>

## 22. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento nas perdas por imparidade nos exercícios findos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, é conforme segue:

	Existências (Nota 15)	Clientes e contas a receber (Nota 16)	Outros activos não correntes (Nota 14)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	6.763	12.250.583	3.364.627
Aumentos	-	129.756	48.600
Reduções	(2.394)	(24.249)	-
Utilizações	-	(262.226)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>4.369</u>	<u>12.093.864</u>	<u>3.413.227</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.369	12.093.864	3.413.227
Aumentos	-	-	-
Reduções	-	7.551	-
Utilizações	-	(15.102)	-
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>4.369</u>	<u>12.086.313</u>	<u>3.413.227</u>

## 23. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição e respetivo plano de pagamentos:

	30 de setembro de 2014			31 de dezembro de 2013
	Valor bruto	Valor do desconto	Valor líquido	Valor líquido
Contrato de impressão (a)	1.561.117	(931.125)	629.992	702.365
Dividas integradas em planos de pagamento:				
Autoridade Tributária (b)	1.135.288	(629.408)	505.880	636.525
Segurança Social (b)	5.145.386	(2.852.618)	2.292.768	2.559.402
Acionistas (c)	100.000	-	100.000	100.000
	<u>7.941.791</u>	<u>(4.413.151)</u>	<u>3.528.640</u>	<u>3.998.292</u>

A rubrica de Outros passivos não correntes tem registado, durante o período findo em 30 de setembro de 2014, o montante de 269.756 euros resultantes da atualização do desconto da dívida (Nota 31).

- (a) Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, este montante corresponde ao justo valor dos direitos contratuais de um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 euros, que será liquidado em prestações mensais de 25.000 Euros até outubro de 2022 (Nota 12), vencendo juros à taxa de 6,25%.
- (b) No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI, Segurança Social de Direção Geral dos Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº. 316/98, de 20 de outubro, conducente à regularização dos valores vencidos. Com a situação de homologação do Processo Especial de Revitalização, as

dívidas existentes do PEC foram adicionadas aos valores correntes em dívida a estas entidades e vão ser liquidadas nos termos e condições do Plano proposto e aprovado:

- . Autoridade Tributária (AT):
  - . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas;
  - . Redução dos juros de mora vencidos e vincendos nos termos do DL 73/99 e 16/03.
- . Instituto Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) :
  - . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas;
  - . Perdão de 80% dos juros vencidos.
- . IAPMEI:
  - . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas;
  - . Perdão de 80% dos juros vencidos e vincendos.

De forma a garantir parte das prestações, a Empresa mantém ativas as garantias bancárias seguintes:

- . 2.540.548 euros a favor do Instituto de Gestão financeira da Segurança Social;
- . 341.267 euros a favor do IAPMEI.

Desde a apresentação do PER que a Empresa tem liquidado as responsabilidades correntes junto da AT e do IGFSS.

- (c) Em 30 de setembro de 2014, a Empresa, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar à Rasográfica (acionista) o montante de 100.000 euros relativos a um empréstimo a ser liquidado em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso.

#### 24. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores, conta corrente (a)	1.044.277	5.772.284	1.539.054	6.348.304
Fornecedores, títulos a pagar	-	106.384	-	106.384
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	633.164	-	631.680
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	-	34.219	-	12.572
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	205.492	-	205.492
Outros credores:				
Gestigráfica	1.727.225	-	1.727.145	-
Clientes no âmbito da aplicação do PER (b)	422.999	-	422.999	-
Credores por acréscimos de gastos:				
Rappel a liquidar	-	189.970	123.280	329.732
Remunerações a liquidar	-	1.302.903	250.697	1.570.830
Juros a liquidar	-	1.034.829	-	181.483
Fornecimentos e serviços externos	-	415.136	-	730.048
Outros e gastos e perdas	-	104.873	-	147.862
	<u>3.194.501</u>	<u>9.799.254</u>	<u>4.063.175</u>	<u>10.264.387</u>

A rubrica de Fornecedores e contas a pagar, no período findo em 30 de setembro de 2014, tem registados 494.294 euros referentes à atualização do desconto da dívida (Nota 31).

- (a) Em 30 setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, ao arrendamento das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de julho de 2004 com o Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. ("ESAF"), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada. As responsabilidades futuras foram significativamente reduzidas, pelos aditamentos aos contratos celebrados em 30 de dezembro de 2008 e 30 de novembro de 2010, bem como

pelo acordo de 29 de abril de 2013, na qual se reduziu a área ocupada em cerca de 3.500 m<sup>2</sup> e se fixaram os valores de rendas mensais até julho de 2016.

- (b) Em 30 de setembro de 2014, a Empresa, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar a clientes o montante global de 900.000 euros relativo a empréstimos a serem liquidados em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso.

## 25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Sector público estatal (a)	452.168	544.796
Credores diversos:		
Indemnizações a liquidar	456.191	999.311
Contrato de impressão (Nota 23)	282.119	266.428
Proveitos diferidos (b)	24.358	46.504
	<u>1.214.836</u>	<u>1.857.039</u>

- (a) Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Contribuições para a segurança social	247.462	306.212
Retenção de impostos sobre o rendimento	104.017	130.705
Dívidas integradas em planos de pagamentos	96.221	102.769
Outros	4.468	5.110
	<u>452.168</u>	<u>544.796</u>

(b) Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de proveitos diferidos tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Faturação antecipada	-	15.435
Subsidio ao investimento	24.358	31.069
	<u>24.358</u>	<u>46.504</u>

## 26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Activo corrente	Passivo corrente	Activo corrente	Passivo corrente
Pagamento especial por conta	268.402	-	246.476	-
Pagamento por conta	2.014	-	-	-
Imposto sobre o rendimento estimado	-	111.083	-	90.142
	<u>270.416</u>	<u>111.083</u>	<u>246.476</u>	<u>90.142</u>

## 27. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos e as transações efetuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são os seguintes:

	30 de setembro de 2014				Transacções		
	Outros activos não correntes (Nota 14)	Outros activos correntes (Nota 17)	Credores por locação financeira (Nota 21)	Fornecedores e contas a pagar (Notas 23 e 24)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 8 )	Custos com o pessoal (Nota 9)	Custos e perdas financeiros (Nota 10)
Acionistas:							
Rasográfica (a)	1.994.735	849.036	-	100.000	366.381	-	-
Gestprint (b)	-	-	1.459.245	-	-	-	200.166
Outras partes relacionadas:							
Conselho de Administração	-	-	-	296.029	-	263.541	-
	<u>1.994.735</u>	<u>849.036</u>	<u>1.459.245</u>	<u>396.029</u>	<u>366.381</u>	<u>263.541</u>	<u>200.166</u>
	31 de dezembro de 2013				Transacções		
	Outros activos não correntes	Outros activos correntes	Credores por locação financeira	Fornecedores e contas a pagar	Fornecimentos e serviços externos	Custos com o pessoal	Custos e perdas financeiros
Acionistas							
Rasográfica	2.109.591	953.325	-	100.000	483.720	-	-
Gestprint	-	-	928.880	-	-	-	435.418
Outras partes relacionadas							
Conselho de Administração	-	-	-	416.370	-	530.010	-
	<u>2.109.591</u>	<u>953.325</u>	<u>928.880</u>	<u>516.370</u>	<u>483.720</u>	<u>530.010</u>	<u>435.418</u>

- (a) O montante de 2.843.771 euros é constituído por:
- 1.260.000 euros correspondente a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso se encontra associado ao término do contrato pelo que foi registado a médio e longo prazo;
  - 1.583.771 euros, do qual 907.019 euros se encontra titulado por 2 letras descontadas numa instituição financeira. Deste valor, o montante de 734.735 euros foi registado a médio e longo prazo.

O montante de 366.381 euros, registado na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso cujo término ocorrerá em Setembro de 2017 (Nota 8).

- (b) A Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição de equipamento de impressão "rotativa 10", no valor de 7.928.073 euros com um plano de pagamento de 8 anos e que, acrescido de juros, corresponde a 8.640.000 euros. A este montante deduz-se o valor de perdão de dívida do PER de € 1.726.920 euros pelo que nesta data o valor do contrato é de € 6.913.080. Adicionalmente, existe a opção de compra do equipamento no final do contrato por 2.400.000 euros. Relativamente ao contrato a empresa procedeu a pagamentos correspondentes à caução e reforços de caução que ascendem a 7.864.780 euros;

Os termos ou condições praticados com a Rasográfica e Gestprint são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera "pessoal-chave da gerência" o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas por este.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, não foram atribuídos benefícios de longo prazo ou pagamentos em ações aos membros do Conselho de Administração.

## 28. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 2.889.135 euros:

	Banco	30 de setembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	BCP	2.540.548	2.540.548
IAPMEI ( b)	Banif	341.267	341.267
Câmara Municipal de Almada	BES	7.320	7.320
		<u>2.889.135</u>	<u>2.889.135</u>

- (a) Garantia prestada no âmbito do Processo Especial de Revitalização (Nota 23)  
 (b) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 23).  
 (c) Garantia prestada no âmbito de acordo comercial – Cliente.



Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respetivos limites:

	<u>30 de setembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Empréstimos bancários	20.240.000	20.240.000
Locações financeiras	140.785	140.785
Fornecedores	245.809	275.809
Estado e outros entes públicos	<u>2.936.351</u>	<u>2.936.351</u>
	<u>23.562.945</u>	<u>23.592.945</u>

Adicionalmente, em resultado da renegociação do passivo financeiro junto do BCP, a Empresa assumiu diversas garantias, nomeadamente, o penhor sobre direito de crédito emergente do contrato de impressão celebrado em 19 de dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas, S.A., a constituição de penhor sobre os direitos de crédito atribuídos à Empresa nos termos do contrato/protocolo celebrado em 20 de julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projeto imobiliário e a constituição de penhor do direito de crédito detido pela Empresa sobre a Impala.

## 29. RESULTADOS POR AÇÃO

O cálculo do resultado líquido por ação – básico e diluído corresponde à divisão do rendimento integral consolidado líquido negativo atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias no período.

Na medida em que não existem títulos diluidores das ações da Empresa, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

O rendimento integral consolidado líquido básico por ação em 30 de setembro de 2014 e 2013 foi de (0,0101) e 0,2541 euros, respetivamente.

O rendimento integral consolidado líquido diluído por ação em 30 de setembro de 2014 e 2013 foi de (0,0101) e 0,2541 euros, respetivamente.

	<u>30 de setembro de 2014</u>	<u>30 de setembro de 2013</u>
<b>Resultado</b>		
Resultado atribuível a acionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(1.878.723)</u>	<u>47.419.289</u>
Número de ações da Lisgráfica	186.696.620	186.696.620
Número de ações próprias	(1.387.459)	(52.213)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido do ação básico e diluído (a)	<u>185.309.161</u>	<u>186.644.407</u>
Resultado por ação:		
Básico	(0,0101)	0,2541
Diluído	(0,0101)	0,2541

(a) Este montante corresponde ao número total de ações da Lisgráfica, deduzido de 1.387.459 ações próprias.

### 30. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração de 238.141 e 238.316 Euros, respetivamente.

### 31. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica de "Outros Custos Operacionais" em 30 de setembro de 2014 e 2013, tem a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013	3º. Trimestre de 2014	3º. Trimestre de 2013
Impostos (a)	76.583	119.909	24.197	30.165
Descontos de pronto pagamento concedidos	63.628	18.009	21.900	8.749
Atualização do justo valor:				
Fornecedores e contas a pagar (Nota 24)	494.294	167.708	163.492	126.062
Outros passivos (Notas 23 e 25)	269.756	1.198.829	85.229	227.821
Correções relativas a exercícios anteriores	16.703	10.259	29	10.259
Outros	71.173	20.096	71.085	4.975
	<u>992.137</u>	<u>1.534.810</u>	<u>365.932</u>	<u>408.031</u>

(a) Nesta rubrica são registados os custos suportados pela Empresa relativos, essencialmente, a imposto do selo sobre transações bancárias nomeadamente, emissão de letras, garantias e empréstimos.

### 32. IMPOSTOS

A rubrica de Impostos, relativamente aos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, tem a seguinte composição:

	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013	3º. Trimestre de 2014	3º. Trimestre de 2013
Imposto corrente	(22.020)	(18.250)	(12.964)	(1.205)
Imposto diferido (Nota 11)	370.749	1.778	122.472	593
	<u>348.729</u>	<u>(16.472)</u>	<u>109.508</u>	<u>(612)</u>

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de imposto agregada no máximo de 24,5% (uma taxa de 23% sobre o lucro tributável, acrescida da derrama à taxa de 1,5% sobre a matéria coletável).

Nos termos do artº. 88º. do CIRC a Empresa e a sua participada encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

33. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a assinalar.

**O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS**

Manuel Ramos Gaspar

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Não auditado	31 de dezembro	Não auditado
		30 de setembro de 2014	de 2013	30 de setembro de 2013
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>				
Activos intangíveis	12	2 673 609	3 207 869	2 862 836
Activos fixos tangíveis	13	9 868 652	11 466 366	12 718 852
Activos por impostos diferidos	11	244 586	347 660	273 446
Cientes e contas a receber	16	2 142 421	2 142 421	2 034 709
Outros activos não correntes	14	3 660 275	3 775 131	3 818 202
Total de activos não correntes		<u>18 589 543</u>	<u>20 939 447</u>	<u>21 708 045</u>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>				
Existências	15	234 637	209 410	262 172
Cientes e contas a receber	16	4 703 904	4 878 490	5 389 419
Outros activos correntes	17	2 359 182	2 057 205	2 532 806
Imposto sobre o rendimento	26	270 416	246 476	297 261
Caixa e seus equivalentes	18	442 702	380 324	81 420
Total de activos correntes		<u>8 010 841</u>	<u>7 771 905</u>	<u>8 563 078</u>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<u><u>26 600 384</u></u>	<u><u>28 711 352</u></u>	<u><u>30 271 123</u></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>				
Capital	19	9 334 831	9 334 831	9 334 831
Reservas	19	14 451 097	13 995 285	13 995 285
Resultados transitados		(31 721 179)	(71 790 471)	(71 790 471)
Resultado consolidado líquido do exercício	29	(1 878 723)	40 578 514	47 419 289
Total do capital próprio		<u>(9 813 974)</u>	<u>(7 881 841)</u>	<u>(1 041 066)</u>
<b>PASSIVO:</b>				
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES:</b>				
Empréstimos obtidos	20	7 726 102	7 633 815	4 535 362
Locações financeiras	21	2 051 995	430 058	693 566
Outros passivos não correntes	23	3 528 640	3 998 292	2 631 158
Fornecedores e contas a pagar	24	3 194 501	4 063 175	7 651 450
Passivos por impostos diferidos	11	4 403 530	4 877 353	282 271
Total de passivos não correntes		<u>20 904 768</u>	<u>21 002 693</u>	<u>15 793 807</u>
<b>PASSIVOS CORRENTES:</b>				
Empréstimos obtidos	20	4 384 417	3 378 932	4 370 292
Locações financeiras	21	-	-	740
Fornecedores e contas a pagar	24	9 799 254	10 264 387	9 122 211
Outros passivos correntes	25	1 214 836	1 857 039	2 013 489
Imposto sobre o rendimento	26	111 083	90 142	11 650
Total de passivos correntes		<u>15 509 590</u>	<u>15 590 500</u>	<u>15 518 382</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<u><u>26 600 384</u></u>	<u><u>28 711 352</u></u>	<u><u>30 271 123</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de setembro de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Não auditado			
		30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013	Terceiro trimestre de 2014	Terceiro trimestre 2013
<b>PROVEITOS OPERACIONAIS:</b>					
Vendas	5	15 233 257	15 359 653	5 058 218	4 789 736
Outros proveitos operacionais	6	601 022	18 494 859	206 992	255 721
Total de proveitos operacionais		<u>15 834 279</u>	<u>33 854 512</u>	<u>5 265 210</u>	<u>5 045 457</u>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS:</b>					
Custo das mercadorias vendidas	7	(4 611 797)	(4 690 100)	(1 393 686)	(1 554 458)
Fornecimentos e serviços externos	8	(4 626 804)	(4 423 418)	(1 551 726)	(1 474 799)
Custos com o pessoal	9	(4 690 301)	(6 073 982)	(1 621 729)	(1 849 320)
Amortizações	12 e 13	(2 195 523)	(2 820 551)	(724 526)	(918 618)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	21	7 551	5 000	1 030	-
Outros custos operacionais	24	(992 137)	(1 534 810)	(365 932)	(408 031)
Total de custos operacionais		<u>(17 109 011)</u>	<u>(19 537 861)</u>	<u>(5 656 569)</u>	<u>(6 205 226)</u>
Resultados operacionais		<u>(1 274 732)</u>	<u>14 316 651</u>	<u>(391 359)</u>	<u>(1 159 769)</u>
<b>RESULTADOS FINANCEIROS:</b>					
Custos e proveitos financeiros, líquidos	10	(952 720)	33 119 110	(495 793)	(688 457)
Resultados antes de impostos		<u>(2 227 452)</u>	<u>47 435 761</u>	<u>(887 152)</u>	<u>(1 848 226)</u>
<b>IMPOSTOS:</b>					
Correntes	31	348 729	(16 472)	109 508	(612)
Diferidos	31	(22 020)	(18 250)	(12 964)	(1 205)
		370 749	1 778	122 472	593
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(1 878 723)</u>	<u>47 419 289</u>	<u>(777 644)</u>	<u>(1 848 838)</u>
Rendimento integral		<u>(1 878 723)</u>	<u>47 419 289</u>	<u>(777 644)</u>	<u>(1 848 838)</u>
Atribuível a:					
Accionistas da empresa-mãe		<u>(1 878 723)</u>	<u>47 419 289</u>	<u>(777 644)</u>	<u>(1 848 838)</u>
Resultado por ação					
Básico	29	(0.0101)	0.2541	(0.0042)	(0.0099)
Diluído	29	(0.0101)	0.2541	(0.0042)	(0.0099)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 30 de setembro de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Não auditado</u>					Total do capital próprio
	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado consolidado líquido do exercício	
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	9 334 831	349 159	13 646 126	(64 136 598)	(7 653 873)	(48 460 355)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012	-	-	-	(7 653 873)	7 653 873	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013	-	-	-	-	40 578 514	40 578 514
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	<u>9 334 831</u>	<u>349 159</u>	<u>13 646 126</u>	<u>(71 790 471)</u>	<u>40 578 514</u>	<u>(7 881 841)</u>
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013	-	509 222	-	40 069 292	(40 578 514)	-
Outras variações nos capitais próprios	-	-	(53 410)	-	-	(53 410)
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 30 de setembro de 2014	-	-	-	-	(1 878 723)	(1 878 723)
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>9 334 831</u>	<u>858 381</u>	<u>13 592 716</u>	<u>(31 721 179)</u>	<u>(1 878 723)</u>	<u>(9 813 974)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 30 de setembro de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	Não auditado			
		30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013	Terceiro trimestre 2014	Terceiro trimestre 2013
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>					
Recebimentos de clientes		16 625 650	16 572 668	5 594 606	5 462 008
Pagamentos a fornecedores		(10 181 276)	(9 371 070)	(3 244 335)	(2 923 105)
Pagamentos ao pessoal		(6 319 665)	(5 346 804)	(2 069 254)	(2 033 621)
Fluxos gerados pelas operações		124 709	1 854 794	281 017	505 282
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(21 424)	(122 141)	-	(99 286)
Outros pagamentos / recebimentos relativos à actividade operacional		(224 894)	(126 628)	(285 576)	57 756
Fluxos das actividades operacionais (1)		(121 609)	1 606 025	(4 559)	463 752
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>					
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		(200 000)	-	(50 000)	-
Activos fixos intangíveis		(3 140)	-	-	-
Investimentos financeiros		-	25 000	-	-
Juros e proveitos similares		-	-	-	-
		(203 140)	25 000	(50 000)	-
Pagamentos respeitantes a:					
Activos tangíveis		-	(225 000)	-	(225 000)
Accionistas		-	-	-	-
Fluxos das actividades de investimento (2)		(203 140)	(200 000)	(50 000)	(225 000)
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		600 122	-	-	-
		600 122	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		-	(97 905)	-	(22 577)
Amortizações de contratos de locação financeira		-	(371 297)	-	-
Juros e custos similares		(279 419)	(973 507)	150 001	(274 296)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(279 419)	(1 442 709)	150 001	(296 873)
		320 703	(1 442 709)	150 001	(296 873)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(4 046)	(36 684)	95 442	(58 121)
Caixa e seus equivalentes no início do período	18	370 235	104 623	270 747	126 060
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18	366 189	67 939	366 189	67 939

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 de setembro de 2014.

**O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS**

Manuel Ramos Gaspar

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro